



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
GABINETE DO REITOR
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3700
gabinete@uffrs.edu.br, www.uffrs.edu.br

ANEXO I – EDITAL Nº 670/GR/UFFRS/2020

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DO PROCESSO SELETIVO COREMU/2021

CONHECIMENTOS GERAIS: POLÍTICAS PÚBLICAS E ATENÇÃO BÁSICA

Observação: Será considerada a legislação vigente, incluindo alterações, legislações complementares, súmulas, jurisprudência e/ou orientações jurisprudenciais até a data da publicação deste Edital.

1. AYRES, José Ricardo de Carvalho Mesquita. O cuidado, os modos de ser (do) humano e as práticas de saúde. Saúde soc. [online]. vol. 13, n. 3, pág. 16-29, 2004. ISSN 0104- 1290. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v13n3/03.pdf>. Acesso em: 14/10/2020
2. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1988. Artigos 196 a 200.
3. BRASIL. Decreto Nº 7.508, de 28 de Junho de 2011. Regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.
4. BRASIL. Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990 e suas alterações posteriores. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Lei Orgânica da Saúde.
5. BRASIL. Lei nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências.
6. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria de Consolidação nº 1, de 28 de Setembro de 2017 – Consolidação das normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do SUS. TÍTULO 1 – Dos direitos e deveres dos usuários. TÍTULO II – Da organização.
7. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Revisão da Política Nacional de Atenção Básica. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017, estabelece a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do SUS / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção à Saúde. - Brasília: Ministério da Saúde, 2017.
8. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica PORTARIA Nº 2.539, DE 26 DE SETEMBRO DE 2019. Altera as Portarias de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, e nº 6, de 28 de setembro de 2017, para instituir a equipe de Atenção Primária - eAP e dispor sobre o financiamento de equipe de Saúde Bucal - eSB com carga horária diferenciada.
9. BRASIL, Portaria nº. 2761 MS/GM, de 19 de novembro de 2013. Política Nacional de Educação Popular em Saúde (PNEPS) . Brasília, 2013.
10. CAMPOS, Gastão Wagner de Souza. Saúde pública e saúde coletiva: campo e núcleo de saberes e práticas. Ciência e saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2,p. 219-230, Jul., 2000.
11. CECCIM, Ricardo Burg; FEUERWERKER, Laura C. M.. O quadrilátero da formação para a área da saúde: ensino, gestão, atenção e controle social. Physis, Rio de Janeiro , v. 14, n. 1, p. 41-65, Jun., 2004 .



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
GABINETE DO REITOR

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3700
gabinete@uffs.edu.br, www.uffs.edu.br

12. MACINKO, J. ; Mendonça, C. S. Estratégia Saúde da Família, um forte modelo de Atenção Primária à Saúde que traz resultados. Saúde em Debate, v. 42, p. 18-37, 2018.
13. GIOVANELLA, Lígia; ESCOREL, Sarah; LOBATO, Lenaura de Vasconcelos Costa; NORONHA, José de Carvalho; CARVALHO, Antonio Ivo de Carvalho (orgs.). Políticas e Sistema de Saúde no Brasil. Editora Fiocruz, 2ª Edição. 2012. Capítulo 12.
14. MERHY, Emerson Elias. A perda da dimensão cuidadora na produção da saúde – uma discussão do modelo assistencial e da intervenção no seu modo de trabalhar a assistência. In: REIS, A.T., SANTOS, A. F., CAMPOS, C.R., MALTA, D.C., MERHY, E.E. (Orgs.) Sistema Único de Saúde em Belo Horizonte: reescrevendo o público. São Paulo: Xamã, 1998. p.103-120.
15. PAIM, Jairnilson; TRAVASSOS, Claudia, ALMEIDA, Célia; BAHIA, Ligia, MACINKO, James. O sistema de saúde brasileiro: história, avanços e desafios. Lancet. (Série Brasil). p. 11-31, Mai., 2011.
16. Gordis, Leon. Epidemiologia. 5ªed. 2017. Editora: Thieme Revinter.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: ENFERMAGEM

1. GUSSO, Gustavo; LOPES, José MC, DIAS, Lêda C, (Orgs.) Tratado de medicina de família e comunidade: princípios, formação e prática. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2019. 2388 p.
2. BRASIL. Ministério da Saúde. Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). PORTARIA Nº 264, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2020 - Altera a Portaria de Consolidação nº 4/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para incluir a doença de Chagas crônica, na Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional. Brasília: Gabinete ministerial, Ministério da Saúde, 2020.
3. INSTRUÇÃO NORMATIVA CALENDÁRIO NACIONAL DE VACINAÇÃO ADAPTAÇÃO: NÚCLEO DE IMUNIZAÇÕES/DVE/CEVS/SES. Porto Alegre, março de 2020. https://www.cevs.rs.gov.br/upload/arquivos/202003/13134138-instrucao-normativa-calendario-nacional-de-imunizacoes-2020.pdf
4. RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Estado da Saúde. Departamento de Ações em Saúde. Departamento de Assistência Hospitalar e Ambulatorial. Assessoria Técnica de Planejamento. Guia do Pré-natal na Atenção Básica. Aline Colleto Sordica, Gabriela Hartmann Cardozo, Gisleine Lima da Silva, Melissa de Azevedo, Nadiane Albuquerque Lemos (organizadores) - Porto Alegre: Secretaria de Estado da Saúde/RS, 2018. https://atencao-basica.saude.rs.gov.br/upload/arquivos/201901/09090527-guia-pre-natal-na-atencao-basica-web.pdf
5. BRASIL. Ministério da Saúde. Protocolos da Atenção Básica: Saúde das Mulheres / Ministério da Saúde, Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa – Brasília: Ministério da Saúde, 2016. http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/protocolo_saude_mulher.pdf
6. COFEN Conselho Federal De Enfermagem. Lei n.º 7.498, de 25 de junho de 1986: Dispõe sobre a regulamentação do exercício de enfermagem e dá outras providências.
7. KURCGANT, Paulina. Gerenciamento em enfermagem. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, Ed.2ª. 2011.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
GABINETE DO REITOR
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3700
gabinete@uffs.edu.br, www.uffs.edu.br

8. NANDA-I. Diagnósticos de enfermagem da NANDA : definições e classificação 2009- 2011. Porto Alegre: Artmed, 2010.
9. FERREIRA, Sandra Rejane Soares, PÉRICO, Lisiane Andréia Devinar, DIAS, Vilma Regina Freitas Gonçalves. Atuação do enfermeiro na atenção primária a saúde . São Paulo: Editora Atheneu, 2017.
10. BRUNNER & SUDDARTH. Tratado de Enfermagem Médico-Cirúrgica . Editora Guanabara koogan, Ed. 14ª, vol. 1 e 2, 2020.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: FARMÁCIA

1. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº. 3.916, de 30 de outubro de 1998 : Dispõe sobre a Política Nacional de Medicamentos. Diário Oficial da União, 1998.
2. BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n. 338, de 06 de maio de 2004 . Aprova a Política Nacional de Assistência Farmacêutica.
3. BRASIL, Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 204/2007, de 29 de janeiro de 2007 . Regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle.
4. BRASIL, Ministério da Saúde. ANVISA. RDC n. 44, de 17 de agosto de 2009 . Dispõe sobre as Boas Práticas Farmacêuticas para o controle sanitário do funcionamento, da dispensação e da comercialização de produtos e da prestação de serviços farmacêuticos em farmácias e drogarias e dá outras providências.
5. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. Diretrizes para estruturação de farmácias no âmbito do Sistema Único de Saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. Brasília: Ministério da Saúde, 2009
6. BRASIL. Ministério da Saúde. CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE SAÚDE. Assistência Farmacêutica no SUS. Coleção Pró- Gestores - Para entender a Gestão do SUS. Vol. 7. Brasília: CONASS, 2011.
7. BRASIL, Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 1554/13, de 30 de julho de 2013 . Dispõe sobre o Componente Especializado da Assistência Farmacêutica.
8. BRASIL, Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 1555/13, de 30 de julho de 2013 . Dispõe sobre o Componente Básico da Assistência Farmacêutica.
9. FARIAS, Marení Rocha. Seleção de medicamentos / organização de Marení Rocha Farias...[et al.].- Florianópolis: Ed. da UFSC, 2016. 188 p. : il., graf., tabs. – (Assistência Farmacêutica no Brasil: Política, Gestão e Clínica ; v. 3)
10. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Saúde da Família. Gestão do Cuidado Farmacêutico na Atenção Básica / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Pimária Saúde, Departamento de Saúde da Família – Brasília: Ministério da Saúde, 2019. 384 p. : il. Disponível em : http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/Livro_Atencao_basica_Farmaceutica_SET2019.pdf



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
GABINETE DO REITOR

Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3700
gabinete@uffs.edu.br, www.uffs.edu.br

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: PSICOLOGIA

1. BRASIL. Instrutivo PSE. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. (Série C. Projetos, programas e relatórios). Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/legislacao/passos_a_passo_pse.pdf
2. BRASIL. Saúde na escola. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009. (Série B. Textos Básicos de Saúde) (Cadernos de Atenção Básica; n. 24). Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/cadernos_ab/abcd24.pdf
3. BRASIL. Saúde da criança: crescimento e desenvolvimento / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília : Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_crianca_crescimento_desenvolvimento.pdf
4. Brasil. Saúde Mental. <i>Caderno de Atenção Básica</i> , n. 34. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. - Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_atencao_basica_34_saude_mental.pdf
5. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Núcleo de Apoio à Saúde da Família / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 116 p.: il. – (Cadernos de Atenção Básica, n. 39) Conteúdo: VI – Ferramentas para a gestão e para o trabalho cotidiano. ISBN 978-85-334-2118-9. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/nucleo_apoio_saude_familia_cab39.pdf
6. CHIAVERINI, Dulce Helena (org.). <i>Guia Prático de Matriciamento em Saúde Mental</i> . Brasília: Ministério da Saúde: Centro de Estudo e Pesquisa em Saúde Coletiva, 2011. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_pratico_matriciamento_saude_mental.pdf
7. Lancetti, A. <i>Clínica peripatética</i> . São Paulo: Hucitec, 2012.
8. Conselho Federal de Psicologia. <i>Práticas profissionais de psicólogos e psicólogas a atenção básica à saúde</i> . 2010. Disponível em: http://crepop.pol.org.br/wp-content/uploads/2011/02/Praticas_ABS.pdf
9. RESOLUÇÃO CFP Nº 010/05 Conselho Federal de Psicologia. <i>Código de ética profissional do psicólogo</i> . 2014. Disponível em: http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf
10. IASC. Inter-Agency Standing Committee. Como lidar com os aspectos psicossociais e de saúde mental referentes ao surto de COVID-19. Versão 1.5, março 2020. https://interagencystandingcommittee.org/system/files/iasc_mhpss_guidelines_portuguese.pdf